

Capítulo IX

Sistema Político: Formas de Liderança

1 – Introdução

No capítulo anterior identificamos os grupos de natureza política entre os craôs. No presente capítulo vamos examinar as formas que toma a liderança na sociedade craô. Antes de mais nada é preciso chamar a atenção para o fato de que as diversas formas de liderança política entre os craôs têm sempre como referência a aldeia. Não parece existir nenhum líder tribal. Por outro lado, os líderes de facções estão geralmente interessados em alcançar a chefia da aldeia. Por conseguinte é a aldeia o grupo de referência para estudar a liderança.

2 – Condições para a liderança

Obviamente, para ser um líder político, o indivíduo deve gozar da plenitude dos direitos políticos. Desde logo, portanto, estão excluídas as mulheres. Elas não participam das reuniões no pátio, não podem ser chefes de aldeia, nem “secretários”, nem “prefeitos”, nem orientadores de rituais. Entretanto, nem todos os indivíduos do sexo masculino podem ser líderes, como aqueles que ainda estão no estágio de idade dos *akhrairé*. Também os velhos decrepitos, os *mevéi*, saem pouco a pouco da vida política. Na verdade a liderança parece estar nas mãos daqueles que estão no estágio dos *wakëre* e dos *mekëre*, sobretudo neste último.

Além desses critérios formais, sexo e idade, a liderança também depende de certas características da personalidade. Uma dessas características é o fato de ser ativo. Assim, Davi afirmou que os “cristãos” dizem que os índios são preguiçosos, mas na verdade não são; os mais ativos, como ele próprio, *Penõ* e *Marcão*, ensinam os demais a trabalhar. Basílio considera como um dos motivos da deposição do chefe Ambrosinho o fato de não sair de casa. O mesmo informante afirma que aqueles que “dormem” muito não podem ser chefes de aldeia.

Outra característica importante para a liderança é o fato do indivíduo saber convencer os outros com a palavra. Zacarias observou que os homens que resolvem tudo na aldeia do Posto são Esteves, José Nogueira, José Aurélio e Davi, insistindo sobretudo nos três primeiros. Disse que eles são bons para conversar (*ipêrepéi*, *kakokpéi*), são bons para pensar, têm o pensamento bom. Dentre os homens mais novos, Zacarias considera como *ipêrepéi* Raimundo Agostinho e Joaquim. Pedro *Penõ* é chefe da aldeia por ser *ipêrepéi*. José Pinto nunca foi “prefeito” por não ser *ipêrepéi*, não saber conversar, não saber pensar. Pedro Noleto também nunca foi “prefeito” pelo mesmo motivo. Zacarias considera Basílio falador, mas diz que seu pensamento é ruim: nunca foi “prefeito”. Segundo o chefe Pedro *Penõ*, o chefe *Marcão*, meio-irmão de sua mãe, consegue conduzir os outros porque fala bem. Fala bem aquele que conhece o modo de fazer dos antigos. Ninguém consegue discutir com ele. *Marcão* só ouvia aqueles homens que eram realmente craôs e não oriundos de outras tribos. Aquele que pouco sabe, ao discutir com outro que muito sabe, cala-se logo. Aquele que muito sabe pode ser denominado: *ampokunagapakkré* (“buraco de orelha”

ou, por certo, “que ouve muita coisa”), *ampokunatóka'koko* (que fala muita coisa) ou *ampokunakampa* (que guarda muita coisa). Comentou ainda Pedro *Penõ* que, apesar de Marcão saber muito, foi ele, *Penõ*, que passou a liderar a maior parte da aldeia do Posto quando esta se cindiu (vide capítulo anterior, caso E): é que Marcão por qualquer coisa se zanga, desentendendo-se com os outros por causa disso. Quando Raul se arvorou em cobrador daquilo que era devido pelo marido da irmã de sua esposa (vide capítulo IV), *Penõ* comentou que, se alguém, conhecedor das coisas antigas, falasse com Raul, logo o faria ficar envergonhado. Saber falar, para os craôs, parece significar duas coisas: a) falar com conhecimento das tradições, como já vimos; b) falar de maneira adequada, de modo inteligível, de modo elegante. Comentou, por exemplo, *Penõ* que José Magro, da aldeia de Boa União, não fala bem: começa a tratar de um assunto e, sem terminá-lo, passa para outro. E mesmo assim José Magro se considera melhor do que seu primo paralelo, o chefe Ambrosinho. Mas *Penõ* acha que Ambrosinho é que sabe falar, por ser mais velho. Comentou ainda o mesmo *Penõ* que os índios antigos, tais como Mané, Vicentão, Feliciano, Ambrósio, não falavam “comprido”, não eram de “muita conversa”: falavam só umas dez palavras e estava feito. Os índios de hoje falam demais. Uma vez, em nossa primeira visita aos craôs, perguntamos a Esteves, da aldeia do Posto, quem decidiria a guerra no caso de briga entre duas aldeias. Respondeu-nos que aqueles que são “bons de falar” dão conselhos. Considerava como “bons de falar”: José Aurélio, Lourenço, Raimundo Agostinho, ele próprio (Esteves) e Joaquim. Mas o melhor de todos era José Aurélio. Um exemplo mostra a importância que tem a palavra nas decisões craôs: conta *Penõ* que, quando surge algum problema, algum mexerico, os antigos “prefeitos” vão conversar com o chefe da aldeia. Esperam o chefe falar e depois falam, um de cada vez. Se algum deles não concordar com os demais, estes todos vão insistir muito com ele, vão-lhe “cair em cima, de palavra”, como diz *Penõ*, até convencê-lo.

Além de “falar bem”, o líder deve possuir uma outra característica: ser calmo, não se zangar à toa. Davi, falando dos homens que decidiam na aldeia do Posto, citou a si próprio, a Esteves, a José Aurélio, ao falecido Antônio Pereira. Chico Velho já estava dispensado; Gabriel já estava para ser dispensado. Tanto um como o outro já tinham idade avançada. Acrescentou que Pedro Noleto nada decidia, porque é zangado. José Pinto, do mesmo modo, é “quente”, é zangado. Lourenço, por sua vez, nas discussões, não quer dar opinião.

Há homens que não se tornam líderes por não se interessarem pelas reuniões, pelas discussões em público. Nesse caso se podia contar, na aldeia do Posto, Francisco, filho de Chico Velho. Sua presença na praça não era marcada por palavras e muitas vezes se deixava ficar em casa, quando das reuniões. Ele mesmo abria mão da participação que poderia ter.

Resumindo, na sociedade craô, para ser um líder político, o indivíduo deve ser do sexo masculino e pertencer a uma certa faixa de idade. Além disso, deve ser ativo, interessado nas discussões, conhecer as tradições tribais e falar de modo adequado.

3 – O chefe de aldeia

O chefe de aldeia, também chamado “capitão”, é comumente denominado *pa?hi*. Chamou-nos a atenção um informante indígena para o fato de que esta palavra é a denominação dos ossos do ante-braço, tanto o rádio como o cúbito. Não conseguimos, porém, saber a razão de tal identificação entre o chefe de aldeia e esses ossos. Pedro *Penõ*

nos apontou outras denominações para chefe de aldeia: *ikréamãrekate* e *ikréyõpa?hi*. Nesses dois termos o elemento *ikré* pode significar “casa”. No segundo termo pode-se identificar perfeitamente o elemento *pa?hi*, cujo significado já apontamos. Quanto ao elemento *kate*, do primeiro termo, aparece em vários termos referentes a denominação de tipos de líderes (como veremos mais adiante, *këkate*, *hokhierekate*) e também em termos referentes a pessoas que são portadores de determinados objetos (como o *txukate*, portador do cinturão chamado *txi*). Enfim ambos os termos poderiam significar “aquele que dirige as casas”, opondo-se assim ao termo *këkate* (“antigo prefeito”) que é “aquele que dirige o pátio”. Numa outra ocasião *Penõ* disse que era chamado pelos habitantes de sua aldeia de *pa?hi*, sendo denominado pelos membros de outras tribos de *ikréamãrekate*, *ikréiamãrtxon*, *mehõpa?hi*, *ikréyõpa?hi*. Deve-se notar, entretanto, que a forma mais usual é *pa?hi*. A forma *mehõpa?hi* é a mesma palavra *pa?hi* antecedida da partícula *me*, que parece ser uma espécie de artigo que não lhe altera o sentido.

Parece que desde o passado uma das atribuições do chefe de aldeia é servir de intermediário entre os habitantes da aldeia e os estranhos. Outrora estas relações com estranhos envolviam também os conflitos armados. Assim, conta o índio Diniz, da aldeia de Boa União, que outrora não havia “cristãos”. Mas aquele índio que era muito valente, que brigava com os outros “caboclos”, era o *pa?hi*. Não era escolhido não. Era que nem chefe de ciganos. Ele tomava conta da aldeia e não deixava uns matarem os outros. Davi, por sua vez, nos informou que primeiro eram os guerreiros, aqueles mais valentes, aqueles que sabiam matar os outros com flecha, que chefiavam. O guerreiro conseguia acertar o alvo que os demais erravam. Por isso governava a aldeia, pois, com exceção dele, os outros não sabiam matar. O rapaz Varela assegurou que os antigos chefes de aldeia, em número de um ou dois, eram brigões, valentes. Assim, vemos que os informantes enfatizam as qualidades de guerreiro do chefe antigo. Até que ponto esses informantes estariam reproduzindo idéias que provávelmente ouviram dos civilizados sobre o que estes pensam ser as atribuições dos chefes indígenas? Embora se saiba de várias incursões guerreiras dos craôs no século passado, nada consta sobre quem chefiava tais expedições. Francisco de Magalhães, fundador de Carolina, se entendia com os craôs através de um chefe chamado *Apúicrit*, que acabou sendo assassinado pelos próprios índios (Ribeiro, 1841, pp. 320-321). Este chefe é que devia de conduzir os craôs à guerra, pois entregava a Francisco de Magalhães os prisioneiros que fazia. Mas não se sabe se ele era um chefe de aldeia. Por outro lado, no ataque que uma aldeia craô realizou contra uma aldeia apinajé em 1923 (vide o capítulo anterior, caso A), a expedição era dirigida pelo chefe de aldeia Chiquinho. Foi também Luís Balbino, um chefe de aldeia, que tentou parlamentar com os civilizados quando estes atacaram a aldeia de Cabeceira Grossa. Portanto, os informantes craôs não estão de todo distantes da verdade. O chefe Marcão nos assegurou que outrora o chefe de aldeia era chamado *kuhekate*. Se *kuhe* significa arco, o chefe seria o “portador do arco”, o que enfatizaria a natureza guerreira da chefia.

Atualmente o chefe de aldeia, embora já não dirija os índios em lides guerreiras, que não mais ocorrem, ainda continua sendo um intermediário entre os habitantes da aldeia e os estranhos, seja outra aldeia craô, outra tribo ou os civilizados. O velho Luís Baú, certa vez, afirmou que o chefe Ambrosinho, da aldeia de Boa União, era chefe dos *kupê* (estranhos, sobretudo os civilizados, isto é, chefe interessado nas relações com os civilizados), enquanto que ele próprio e mais três outros eram chefes de índios. A informação de Luís

Baú era incorreta, pois, como veremos, o chefe de aldeia também se interessa pelos assuntos internos da mesma, mas enfatizava as relações do chefe com os civilizados.

Pedro *Penõ* chefe da aldeia do Posto, por exemplo, procurava fazer uma política de boa vizinhança com os civilizados. Certa vez enviou quatro espigas de milho para um funcionário do S.P.I. que estava substituindo o encarregado do Posto. Vimos o mesmo chefe numa outra ocasião a procurar, entre os vários vidros de remédios guardados pelo índio Rondon, alguns que servissem para a esposa de um funcionário do Posto. Um índio se queixou de certo civilizado que não preveniu ao chefe Luís Balbino, em 1940, de que alguns fazendeiros iam atacar os craôs. Não obstante, algum tempo antes, Luís Balbino intervieria junto ao delegado que prendera este mesmo civilizado por incesto, pedindo-lhe que o soltasse. Assim, pois, os chefes de aldeia procuram prestar pequenos favores aos civilizados seus amigos, incentivando um clima de bom entendimento entre eles e os índios. Não somente presta favores espontaneamente, como em determinadas ocasiões é solicitado a prestá-los. Por exemplo, um sertanejo que morava próximo da aldeia do Posto, foi pedir ao chefe Pedro *Penõ* que servisse de mediador junto ao encarregado do Posto, pois ele queria pedir um emprego no S.P.I., como trabalhador agrícola ou vaqueiro. *Penõ* respondeu-lhe afirmativamente, pois ele era bom e sempre arranjava alimento quando os índios passavam por sua casa.

Alguns encarregados de Posto fazem questão de que os chefes de aldeia sejam os intermediários entre eles e os demais índios. Assim, Sinharó, da aldeia de Serrinha, pediu gado a um encarregado do Posto. Este lhe perguntou se por acaso era chefe; como respondeu negativamente, mandou-o embora. Não somente os funcionários do governo prestigiam os chefes de aldeia, como todos os habitantes da área em geral. Os próprios índios sabem que os chefes são mais bem tratados na casa de qualquer sertanejo que os demais.

Os chefes de aldeia são também reconhecidos pelo órgão de proteção como guardiães do território; existe mesmo uma divisão do território indígena em cinco partes, de modo que o chefe de cada aldeia exerça jurisdição em cada uma dessas partes, impedindo que sertanejos nela se estabeleçam e cobrando uma taxa anual àqueles que já estejam estabelecidos. Entretanto, os chefes indígenas não impedem sistematicamente a penetração dos civilizados: permitem ou não o seu estabelecimento na área tribal de acordo com os seus interesses imediatos.

Não raro os índios admitem que os chefes de aldeia são responsáveis pelos prejuízos que alguns deles venha a causar a um civilizado. Basílio, por exemplo, diz que o chefe Ambrosinho foi deposto porque, ao invés de pagar os furtos que os índios de sua aldeia faziam aos civilizados, dizia que o responsável pelo roubo é que deveria dar indenização. E o informante argumenta que Ambrosinho é que deveria de pagar, pois recebia do governo. Mais de uma vez ouvimos dizer entre os craôs que os chefes de aldeia recebiam vencimentos do S.P.I. Um antigo funcionário desse órgão nos explicou que outrora existia uma função no S.P.I. denominada ap-índio (aprendiz-índio) que era remunerada. Geralmente eram escolhidos para ap-índios os chefes de aldeia. Sua remuneração não era devida ao fato de serem chefes, mas ap-índios. Os craôs, entretanto, consideravam essa remuneração como uma ajuda do Governo ao chefe (no que não deixavam de estar certos, se os funcionários davam preferência aos chefes no preenchimento das funções de ap-

índio) e por isso julgavam que este deveria utilizá-la na satisfação de necessidades dos habitantes de sua aldeia.

Mas não apenas os índios estendem a área de responsabilidade do chefe de aldeia. Também alguns funcionários do S.P.I. às vezes tendiam a exagerar a responsabilidade do “capitão”. Conta o chefe Pedro *Penõ* que uma vez um funcionário do S.P.I., em estado de embriaguez, ameaçou prendê-lo, caso os índios de sua aldeia furtassem algo dos civilizados. *Penõ* defendeu-se, argumentando que a aldeia indígena é como uma cidade. A cidade tem prefeito. O prefeito não é culpado se não lhe obedecerem; se um indivíduo fura o outro com uma faca, o prefeito não é culpado por isso. Assim também o chefe da aldeia indígena não é culpado porque não lhe obedecem.

Se o chefe não pode pagar o furto realizado por um morador da aldeia, pelo menos deve tentar reconciliar o culpado com o civilizado prejudicado, dar uma satisfação a este. Em outros casos deve procurar esconder o verdadeiro responsável pelo furto. Conta o chefe Marcão que, quando dirigia a aldeia do Posto, antes da cisão da mesma, em certa ocasião Joaquim encontrou do outro lado do Ribeirão dos Cavalos (fora do território indígena) dois bois muito mansos. Joaquim os fez atravessar o ribeirão (para dentro do território indígena) e os levou até bem próximo da aldeia, onde um dos animais foi morto. Conta Marcão que não sabia de nada; estava voltando da roça e encontrou com a rapaziada. Perguntou-lhes aonde iam e eles responderam que iam buscar carne do boi que tinha sido morto. Marcão então deixou que sua esposa continuasse o caminho para a aldeia e acompanhou os rapazes (aqui o chefe não diz mais nada, mas acompanhou-os, por certo, para conseguir carne também para ele). No dia seguinte apareceu na aldeia o fazendeiro proprietário do boi. Tinha seguido o rastro do animal. Vinha armado e com mais dois homens também armados. O fazendeiro disse a Marcão que tinha visto seu boi, os rastros, e perguntou-lhe quem os tinha feito atravessar o ribeirão. Marcão respondeu que fora *Kratxet*, pois não podia mentir. O fazendeiro lhe disse então que vira um boi apenas e perguntou-lhe onde estava o outro. Marcão respondeu: “Já morreu, rapaziada matou”. O fazendeiro então pediu-lhe que o levasse ao local onde tinha sido morto o boi. Marcão então saiu na frente, seguido do fazendeiro; dois índios iam atrás do fazendeiro; atrás desses ia um civilizado e dois índios atrás dele; e outro civilizado mais atrás, envolvido por outros índios. Todos os índios iam armados. Assim, se os civilizados fizessem fogo, eles poderiam revidar. Chegaram ao local. O estrume nem tinha sido enterrado. O fazendeiro, estava a cavalo. Marcão viu lágrimas saírem de seus olhos e comentou que não sabia se ele chorava de raiva ou de pena. O fazendeiro disse então que os índios tinham de lhe pagar o animal. Marcão respondeu que ia pensar. Foi ao encarregado do Posto e contou-lhe tudo. Este lhe respondeu que ia ver se o Governo pagaria o boi ou se os índios mesmos é que o deviam de fazer. E conta Marcão que nunca mais ouviu falar no caso. Assim, pois, Marcão teve de assumir a responsabilidade de um ato cometido pelos rapazes de sua aldeia e, por sua vez, tentou eximir-se da indenização, recorrendo ao S.P.I.

Marcão também nos contou que certa vez, numa caçada coletiva, um rapazinho estava esperando aparecer uma anta, mas os cachorros tinham espantado gado. Quando apareceu um bovino, o rapaz atirou nele, ferindo-o na perna. Marcão então lhe disse: “Por que foi fazer assim com o gado? Isso pode fazer vergonha para mim.” Mas mandou que um índio adulto, João Borges, que corresse atrás da rês, para verificar se tinha ficado aleijada, pois, nesse caso, seria bom matá-la. A rês pertencia à Fazenda do Xupé, do S.P.I. João

Borges já foi encontrá-la no curral e comendo bem. Marcão então mandou João Borges contar o acontecido ao encarregado do Posto. Este respondeu que não havia nada, pois a rês estava boa; caso ficasse aleijada, iria ver o que ia fazer. Note-se, pois, que, ao mesmo tempo em que Marcão repreendia o rapaz por ter atirado no gado do S.P.I., tinha a esperança de aproveitar a carne da rês ferida. É provável que toda essa narrativa tenha sido um modo de justificar diante do encarregado do Posto uma tentativa frustrada de abater uma rês.

Um comerciante e fazendeiro de Itacajá nos contou que os índios craôs lhe mataram uma novilha. Havia um índio chamado Mundico a quem o fazendeiro encarregou de descobrir quem fora o matador. O índio acusou a aldeia chefiada por Pedro *Penõ*, dando até o nome daquele que dirigia a turma que matou a novilha. Mundico preveniu ao fazendeiro que se sentia ameaçado por ter denunciado os matadores. E diz o fazendeiro que desse tempo em diante Mundico viveu mais em Itacajá do que na aldeia. Acabou falecendo e o fazendeiro acredita que tenha sido envenenado pelos índios acusados, o que não é verdade, pois não há nenhum caso entre os craôs de morte por envenenamento. O fazendeiro ameaçou de mandar prender quem tinha matado e ajudado a matar a novilha. Pedro *Penõ* então se dirigiu ao fazendeiro, pedindo-lhe que não chamasse a polícia; ele poria os rapazes para trabalhar para o fazendeiro até pagarem. Entretanto, *Penõ* nunca cumpriu o prometido.

Vemos, pois, nesses casos, o chefe da aldeia na sua função de apaziguar os civilizados prejudicados pelos furtos dos índios.

O chefe da aldeia também por vezes supervisiona negócios realizados entre índios e civilizados. Assim, certa vez *Penõ* foi resolver um negócio entre um civilizado e o índio Raul. Este desejava adquirir a mandioca plantada numa determinada área a troco de uma espingarda usada. Certa vez um civilizado comprou a espingarda do índio Milton por oitocentos cruzeiros. *Penõ* então reclamou junto ao civilizado, querendo desmanchar o negócio pois a espingarda valia muito mais. Milton, porém, zangou-se com a interferência de *Penõ* e este então deixou de lado a questão, dizendo desdenhosamente, referindo-se a Milton: “É, ele vai comprar vestido para a mulher, roupa para ele, com esses oitocentos cruzeiros.” O civilizado apenas deu mais duzentos cruzeiros a Milton, arredondando a quantia para mil cruzeiros. A interferência do chefe nos negócios dos civilizados não se faz sempre, realizando-se apenas com o consentimento do índio interessado e mesmo a pedido seu.

Não somente serve de intermediário entre os índios e os civilizados: o chefe de aldeia craô também é aquele que estabelece contacto com elementos de outras tribos. Ele fala em nome de toda a aldeia com os membros de outras tribos. Quando um índio Karajá visitou os craôs, conta *Penõ* que ao segurar-lhe a mão percebeu que tremia de medo. *Penõ* então lhe disse que não tivesse medo, pois os craôs são mansos.

Além disso o chefe se preocupa com as relações entre sua aldeia e as demais aldeias craôs. Assim, o “capitão” é solicitado a dar fumo aos habitantes de outra aldeia, quando a visita ou quando é visitado por eles. O “capitão” é que conduz os habitantes de sua aldeia quando visitam uma outra, geralmente convidados para participarem de algum ritual. Se não pode conduzi-los, faz com que um dos “prefeitos” os dirija. O chefe também tem de solucionar problemas referentes a mal-entendidos com moradores de outras aldeias. Certa vez, numa noite de janeiro, ocorreu uma reunião na praça da aldeia do Posto. As mulheres

estavam sentadas em semicírculo na parte mais baixa da praça, onde costumam cantar. Os homens estavam sentados em torno de uma fogueira na parte mais alta, local em que normalmente se reúnem à noite. Mas parece que esses homens na verdade não estavam participando da reunião. As mulheres falavam com Pedro *Penõ*, que estava de pé, apoiado no seu bastão de pau-roxo. Também participava da reunião *Yarpot*, um dos “prefeitos” da aldeia, e Esteves, um líder da metade *Katamye*. Quatro mulheres falaram, uma de cada vez. Em seguida falou *Penõ* e depois Esteves, terminando a reunião. Mais tarde o chefe Pedro *Penõ* nos contou do que se tratava: Esteves chegara com a notícia de que o chefe da aldeia de Boa União, Ambrosinho, se queixara de que as mulheres da aldeia do Posto haviam falado mal dele; ele havia dado fumo às mulheres desta aldeia, não como pagamento, mas como presente. O presente de Ambrosinho estava ligado ao fato de ser pai de *Txuktxuk*, rapaz escolhido para ser chefe honorário das mulheres da aldeia do Posto; e estas haviam trabalhado numa roça cultivada para *Txuktxuk*. Durante a reunião ficou esclarecido que Ambrosinho havia interpretado mal o que fora dito por uma mulher chamada *Hohom*. Alguém fora dizer a *Hohom* que sua filha estava trabalhando muito na roça de *Txuktxuk*. A isso *Hohom* respondeu: “Deixe-a trabalhar, ela ganhou fumo.” Assim, pois, o chefe *Penõ* se esforçava por esclarecer a questão e manter o bom entendimento com o chefe da aldeia de Boa União. A casa do chefe da aldeia não raro substitui a praça. Vimos uma vez realizar-se uma reunião na casa do chefe Pedro *Penõ*, de que participaram moradores da aldeia do Posto como também da aldeia de Boa União. Mesmo o chefe desta última estava presente. A reunião visava solucionar uma questão entre as duas aldeias, pois algumas pessoas da aldeia do Posto atribuíam a morte de Antônio Pereira a feitiço que tinha sido feito contra ele na outra aldeia. A reunião se realizou dentro da casa do chefe provavelmente porque ocorreu à tarde, não havendo então sombra na praça da aldeia. Mas o fato de ter sido realizada na casa do chefe da aldeia e não em outra indica o interesse do chefe pelas relações com as demais aldeias.

Mas, além das relações da aldeia com o exterior, estão entre as atribuições do chefe a supervisão das relações dentro da aldeia. Embora algumas informações digam que cabe ao “capitão” a orientação das atividades diárias da aldeia, na verdade tais atividades parecem escapar a sua alçada, caindo nas atribuições dos “prefeitos”, como veremos mais adiante. Mais de uma vez vimos o chefe Pedro *Penõ* sem saber qual a atividade que os habitantes da aldeia iriam exercer naquele dia antes de terminada a reunião matinal na praça. Isso mostra que o chefe de aldeia não impõe incondicionalmente suas opiniões na praça da aldeia. Davi, por exemplo, nos informou que, quando o assunto é caçada, o “capitão” não decide; mas se é alguma briga, o chefe entra em ação. O chefe Marcão também nos informou que cabe aos “prefeitos” a orientação das atividades diárias; ao “capitão” cabe resolver algum negócio mais “forte” ou briga etc.

De fato, os chefes de aldeia geralmente procuram apaziguar os indivíduos envolvidos em conflitos, tentam impedir que o conflito, uma vez estabelecido, não atinja proporções desastrosas. Tais conflitos podem constituir questões pouco graves como brigas entre marido e mulher. Podem ser representados por brigas motivadas por adultério. Por exemplo: contou um informante que há muito tempo o falecido Joaquim Papa-mel teve relações sexuais com a esposa de *Pekua*. Por isso, a esposa do primeiro tomou um pedaço de pau e bateu nesta última. Esta agressão fez com que os parentes de cada mulher se reunissem para brigar com os da outra. O falecido chefe Bertoldo lhes deu conselhos e eles desistiram da briga. Além disso Bertoldo fez com que a esposa de Papa-mel desse uma

panela como indenização à esposa de *Pekua*. A intervenção do chefe de aldeia também se dá em casos mais graves, que envolvem, por exemplo, assassinatos. Assim, quando foi morto o curador Alexandre, o chefe Ambrosinho e seus irmãos procuraram apaziguar Zezinho, filho da vítima, que desejava vingá-la (vide capítulo anterior, caso F). O chefe Pedro *Penõ*, por sua vez, ordenou ao assassino do curador Cará a cuidar de seu cadáver (vide capítulo anterior, caso G). Também problemas como furtos dentro da aldeia caem no âmbito das preocupações do “capitão”. Certa vez na praça o chefe Pedro *Penõ* reclamou em favor do idoso Chico Velho, cuja roça estava sendo roubada por certos moradores da aldeia.

Problemas gerados por acusações de feitiçaria são também do interesse do chefe de aldeia. Assim, uma noite, na casa de Pedro *Penõ*, houve uma reunião em que se tratou do problema da doença de um filho de Secundo. Nessa reunião chegou-se à conclusão que a criança estava sendo vítima de algum feitiço. Da reunião participaram Pedro *Penõ*, o chefe; Davi, meio-irmão da mãe de *Penõ*, e auxiliar deste, seu “secretário”; Esteves, irmão da mãe da esposa de *Penõ* e irmão da mãe do pai da criança, sendo também um dos líderes da aldeia; *Yut*, sogra de *Penõ* e irmã de Esteves, sendo também irmã da mãe do pai da criança. Certa vez a mulher de Basílio sonhou que Lourenço estava pondo feitiço no filho dela. A criança nesses dias estava doente, com uma espécie “sapinho” na boca. Ao acordar, a mulher foi bater em Lourenço. Este se zangou e foi reclamar junto ao chefe de aldeia, Pedro *Penõ*, que promoveu uma reunião no pátio da aldeia.

Nesses casos de rixas, de acusações de feitiçaria, de furtos, nem sempre o chefe da aldeia pode ser imparcial. Talvez na maioria dos casos ele estará ligado por parentesco consanguíneo a uma das partes; uma das partes na rixa pode estar incluída na sua facção.

Não somente na resolução de rixas, no apaziguamento de ânimos, atua o chefe da aldeia. Também procura consolar aqueles atingidos por alguma dor moral ou auxiliar àqueles que necessitam de alguma ajuda ou solidariedade. Uma vez, de manhã cedo, Pedro *Penõ* visitou a Aloísio e sua esposa *Hóktxó*, aconselhando-os (bem como a Gabriel, pai de Aloísio) a deixarem de lado a saudade do seu filho *Karété*, que morreu com menos de cinco anos de idade, e que voltassem a participar da vida da aldeia, das cerimônias, das corridas de toras. Diz Davi que outrora o chefe de aldeia se interessava por aqueles que estavam atrasados no seu trabalho de lavoura e fazia com que os outros índios o ajudassem com trabalho coletivo. O “capitão” costuma sempre dar alguma coisa àqueles que lhe pedem. Mas não parece distribuir favores indiscriminadamente. Ambrosinho, por exemplo, afirmou que costuma dar um pouco do que possui em gêneros alimentícios às velhas, às viúvas, aos meninos sem pai; mas não gosta de com eles presentear a homens casados e fortes. A esposa de *Kaho*, na aldeia de Serrinha, comparando o chefe João Noletto, que não dava nada aos habitantes da aldeia, com o seu rival *Kakró*, disse que este também nunca deu nada, para se poder saber quem é melhor e quem é pior. Isso mostra que o grau de generosidade do chefe pesa na disputa com os rivais.

Essas pequenas ajudas que o “capitão” faz aos moradores da aldeia são retribuições de certos privilégios que estes lhe concedem. Um desses privilégios consiste no auxílio que lhe dão os moradores da aldeia no preparo de sua roça. É certo que qualquer homem pode ser ajudado por seus companheiros de aldeia no plantio de sua roça, mas o auxílio dado ao “capitão” é mais frequente. Em vista disso, pelo menos na aldeia do Posto, a roça do chefe sempre foi maior do que as demais. O “capitão” também é ajudado pelos moradores de sua aldeia quando da construção ou reforma de sua casa. Dir-se-ia que o “capitão” retribui esses

trabalhos de duas maneiras: uma é imediata, constituída pela refeição que oferece aos colaboradores; a outra é remota, constituída pelos pequenos auxílios que o “capitão” presta aos moradores da aldeia em caso de necessidade. Os privilégios do chefe de aldeia, além de constituídos por esses serviços que lhe são prestados, manifestam-se também em atitudes de respeito. Por exemplo, certa vez a sogra de Pedro *Penõ* discutiu com a filha da irmã deste em altas vozes. A esposa de Pedro *Penõ* repreendeu então a mãe, dizendo-lhe que ela não podia fazer vergonha na porta da casa dele. O chefe Ambrosinho, comentando as desavenças do chefe João Noleto com os parentes afins, observou uma vez que este não se dava ao respeito como “capitão”. Outrora o chefe de aldeia tinha também como privilégio o sepultamento no pátio.

Apesar disso, as palavras do chefe nem sempre são acatadas e ele não parece ter meios de coagir os membros da aldeia a aceitá-las. Certa vez demos uma certa quantia de miçangas aos moradores da aldeia de Boa União e pedimos quatro artefatos em troca. Os índios, porém não concordaram com a transação, achando melhor que cada pessoa agraciada com um punhado de miçangas nos desse um presente em troca. Esta última alternativa não nos interessava, pois desse modo receberíamos objetos pequenos, muitos deles iguais e que já existiam em nossa coleção. Queríamos apenas quatro objetos, mas eram mais elaborados e ainda não possuíamos semelhantes. Na verdade estávamos agindo de maneira inadequada: oferecíamos um brinde, miçangas, que podia facilmente ser dividido entre todas as mulheres da aldeia; em troca queríamos quatro objetos que exigiam várias horas de trabalho e que eram elaborados individualmente; em suma, apenas quatro indivíduos do sexo masculino retribuiriam a um presente dado a todas as mulheres da aldeia. Depois de alguma discussão na praça, o chefe Ambrosinho nos comunicou que estava muito zangado, pois, embora fosse o “capitão”, os outros não queriam lhe obedecer. Entretanto, pouco depois, os índios acabaram aceitando nossa proposta. Numa outra ocasião, na aldeia do Posto, foi resolvido que naquele dia se limparia os caminhos da aldeia, capinando-os. Comentamos, então, com o chefe Pedro *Penõ*, que na aldeia de Boa União, no dia em que se resolveu limpar os caminhos, ninguém havia feito nada. *Penõ* nos respondeu que em sua aldeia era diferente, que o chefe Ambrosinho não prestava mais para mandar. Entretanto, naquele dia, na aldeia do Posto, ninguém capinou.

No capítulo anterior vimos que a sucessão da chefia de aldeia não é regida por nenhuma regra de descendência. Talvez haja intenção dos chefes de aldeia em deixarem seu posto para algum parente. O velho Chiquinho nos disse que, quando morresse, seria substituído na chefia da aldeia do Abóbora, por Alípio, filho de sua esposa (Chiquinho não tinha filhos); numa outra vez afirmou que seria substituído por seu “genro”, referindo-se provavelmente a Raimundo, marido da filha de sua esposa. Na verdade foi substituído ainda em vida por Manoel Bertoldo, filho de seu irmão, o falecido Bertoldo, tendo tido parte ativa nessa escolha o encarregado do S.P.I. Xavier afirmou que o chefe Ambrosinho contava como seus sucessores a ele próprio, Xavier, filho da filha do irmão do pai de Ambrosinho; a Diniz, filho da irmã de Ambrosinho; a Osório, seu genro; ou a seu filho. Zezinho afirmou que o sucessor de Pedro *Penõ* deveria ser o filho deste ou algum outro. Mas parece que o chefe de aldeia é sempre substituído antes de morrer, ao se tornar decrépito, e não escolhe seu substituto, tratando-se quase sempre de um rival.

O informante *Kakró* foi quem citou o mais antigo chefe presente na memória dos craôs. Chamava-se Serafim. Depois dele foi chefe Tito. Este era filho de um civilizado,

talvez chamado Antônio Coelho, que, ao passar pela aldeia, engravidou uma mulher indígena. Quando passou outra vez por lá, os índios exigiram que sustentasse a mulher, já que o filho era dele. E ele a auxiliou. Quando o menino nasceu, pôs-lhe o nome de Tito. O pai passou uma temporada longe da aldeia e a avó indígena do menino mandou furar-lhe a orelha. Quando o pai voltou, zangou-se por terem feito isso e levou o menino para sua cidade, Riachão, no Maranhão. O menino estudou lá um ano na escola e voltou para junto da mãe. Mais tarde voltou novamente para a casa do pai, que lhe deu gado. Quando voltou para a aldeia já tinha umas dez reses. Diz *Kakró* que, como Tito sabia ler e era rico, fizeram-no chefe de aldeia. Tito morreu assassinado por um civilizado, que fez isso para lhe roubar o gado. Um relatório de presidente de Província faz referência à visita de um chefe craô à capital de Goiás em 1873; este chefe se chamava Antônio Tito e era por certo o mesmo a que nos referimos (Assis, 1873, p. 35). A existência de um chefe craô chamado Tito é confirmada por Coudreau (Coudreau, 1897, p. 210). Depois de Tito se cita o chefe José Grosso, que devia de chefiar uma aldeia craô no começo do século. Depois dele veio o período dos chefes, irmãos entre si, Feliciano e Vicentão. Eram chefes por volta de 1930, como podemos ver no livro de Zacarias Campêlo, que faz referência a Feliciano (Campêlo, 1957, p. 56). Curt Nimuendaju, que visitou os craôs em 1930, refere-se a Vicentão (*Kratpe*) (Nimuendaju, 1956, pp. 11 e 17). Após esses chefes dirigiu a aldeia Gabriel do qual se diz à boca pequena que é filho do fazendeiro Agostinho Soares, um grande amigo dos craôs. Parece que João Delfino, filho do chefe Feliciano, foi também chefe juntamente com Gabriel. Trata-se, porém, de um período sobre o qual não temos informações. Entretanto, nesse período, em 1940, as aldeias craôs foram atacadas pelos civilizados. O fazendeiro que atacou a aldeia dirigida por Gabriel era Raimundo Soares, filho do então falecido Agostinho Soares. Depois desse ataque, Marcão foi feito chefe da aldeia, por iniciativa do S.P.I.; por volta de 1956, afastou-se da aldeia, cindindo-a, sendo substituído por Pedro *Penõ* (vide capítulo anterior, caso E).

A sequência de chefes que acabamos de citar se refere à aldeia que deu origem às aldeias do Posto e de Pedra Branca. Quanto à aldeia que originou Boa União e Abóbora, o primeiro chefe de que se tem notícia foi Mateus Coelho Perna, que era um civilizado preto. Em seguida, Bertoldo e Chiquinho, seus filhos. Chiquinho viajou com seu irmão mais velho, Bertoldo, para o Piauí. Em Teresina tiveram contacto com o governador do Estado, Dr. Miguel Rosa (cujo período de governo terminou em 1916). Este achou que Chiquinho é que devia de ser chefe da aldeia, pois, sendo descendente de civilizados, devia ser mais esperto que os índios. Chiquinho argumentou que os velhos da aldeia não acreditariam nele, mas como o governador insistisse, Chiquinho disse que talvez fosse melhor o Bertoldo. O governador respondeu que não, pois este não sabia falar o português. E assim Chiquinho recebeu a patente de Major. Chiquinho e Bertoldo eram chefes de aldeia ainda quando Zacarias Campelo se estabeleceu entre os craôs, em 1926. A partir de então sua autoridade foi desafiada por um rival, Luís Balbino, o qual morreu no ataque dos civilizados de 1940. Após isso, Ambrosinho foi feito chefe da aldeia pelo S.P.I. Quando a aldeia se cindiu (vide capítulo anterior, caso I), Ambrosinho continuou como chefe da aldeia de Boa União, enquanto Chiquinho ficava como chefe da aldeia de Abóbora. Mas em 1963 Chiquinho, já bem velho, foi substituído por Manoel Bertoldo. A autoridade de Ambrosinho sofreu um breve hiato marcado pelo período em que foi substituído por Jacinto (vide capítulo anterior, caso J), mas voltou outra vez ao poder.

Quanto à aldeia de Serrinha, vimos no capítulo anterior (caso C) que estava cindida em 1930, uma parte chefiada por Bernardino e outra por Secundo. A parte de Bernardino foi reabsorvida pela de Secundo em quase sua totalidade. Depois de 1940 o poder passou de Secundo para João Noleto. A partir de pouco antes de 1960, a autoridade de João Noleto passou a ser contestada e mais de uma vez foi substituído por outro chefe. Em 1967, João Noleto separou-se com um pequeno grupo de seguidores e deixou a aldeia de Serrinha nas mãos de Luís Canuto (*Kakró*).

O S.P.I. não parece ter interferido muito na escolha dos chefes de aldeia. Sua presença entre os craôs somente se fez sentir a partir de 1940, depois do ataque que sofreram dos civilizados. O chefe Ambrosinho e o chefe Marcão parecem ter sido escolhidos diretamente pelo S.P.I. Também, mais recentemente, o mesmo aconteceu com Manoel Bertoldo. Quanto aos demais, sua escolha partiu dos índios, sendo confirmados pelo S.P.I. Se alguma interferência do S.P.I. teve lugar, como aconteceu na deposição de Ambrosinho, ela se fez por instigação de um grupo de índios. É interessante notar que mais de um chefe craô tinha um ascendente civilizado imediato. Assim, Mateus não era índio, era preto, civilizado. Seus dois filhos foram chefes, como ele: Bertoldo e Chiquinho. O antigo chefe Tito, era filho de um civilizado. É interessante notar o sobrenome do pai de Tito — Coelho — e o sobrenome de Mateus — Coelho Perna: provavelmente pertencessem à mesma família. Os craôs sempre fazem referência a uns antigos amigos que tinham entre os civilizados, moradores de Carolina, com o sobrenome Coelho Perna. O chefe Ambrosinho, além de seu pai indígena, é considerado como tendo um pai biológico civilizado, de nome Correia. O chefe Bernardino era filho de um preto chamado Torquato (*Trukat*, para os craôs). Gabriel seria filho do fazendeiro Agostinho Soares. Outros chefes são de outras tribos ou têm um ascendente imediato de outra tribo: João Noleto é xerente; Luís Balbino era quencatejê; o pai de Pedro *Penõ* era xerente. Talvez justamente essas origens extra-tribais tenham favorecido a ascensão desses indivíduos à chefia. Se uma das importantes atribuições do chefe consiste na manutenção das relações da aldeia com o mundo externo, esses elementos estão numa situação privilegiada, não somente devido suas relações de parentesco com os civilizados, como pelo domínio da língua portuguesa ou pela experiência que traz de uma tribo estranha. Um dos chefes atuais, Pedro *Penõ*, conta a seu favor o fato de saber ler e escrever.

4 -O “secretário”

Não raro o chefe da aldeia tem um auxiliar a que os índios denominam de “secretário”. Não conseguimos saber qual o termo em língua indígena que lhe corresponde, se é que existe. Martim, da aldeia de Boa União, assegurou que a denominação era *iõportado*, isto é, nada mais do que a palavra portuguesa “portador”. Outras informações atribuem ao “secretário” os termos *hõpa?hi* (o mesmo que *pa?hi*, chefe de aldeia) e *pa?hi kadré*.

As atribuições do “secretário” consistem em substituir o chefe durante sua ausência. Assim, quando Pedro *Penõ* certa vez viajou, deixou como “secretário” José Nogueira. Mesmo quando o chefe está presente, o “secretário” pode auxiliá-lo.

O próprio chefe da aldeia escolhe seu “secretário”, podendo mesmo escolher mais de um. Parece que a escolha para “secretário” constitui, por parte do chefe da aldeia, uma maneira de controlar indivíduos que parecem dar mostras de querer usurpar a chefia. José

Nogueira, quando foi escolhido para “secretário” era muito amigo de *Penõ*, sendo que este havia sido anteriormente seu confidente, quando José Nogueira desencadeou um movimento messiânico. Em 1966, este ameaçou cindir a aldeia. Estaria prevendo *Penõ* a possibilidade de José Nogueira desafiar-lo? De qualquer modo *Penõ*, desde o movimento messiânico, conhecia sua capacidade de liderança. Foi-nos dito que os “secretários” do chefe Ambrosinho eram *Hunte*, seu irmão, José Magro, seu primo paralelo, Xavier e Antônio da Silva, também parentes seus. Ora, é interessante notar que todos eles, apesar de parentes consanguíneos do chefe, ambicionavam seu lugar. Numa outra ocasião nos foi informado que Diniz, filho da irmã de Ambrosinho, era “secretário” deste. Notamos também que Diniz ambicionava a chefia. Osório, genro de Ambrosinho, também contado entre os auxiliares deste, tinha vontade de ser chefe. Conta Ambrosinho que, como Chiquinho e Bertoldo estavam ficando velhos, Luís Balbino começou a ajudá-los. Sabemos, entretanto, que havia realmente uma disputa pela chefia entre Balbino e os outros chefes. Uma informação diz exatamente o oposto: Chiquinho entregou a chefia a Luís Balbino e se tornou seu auxiliar. Assim, parece que em quase todos os casos o “secretário” é um chefe em potencial. Estes dados vêm demonstrar que os próprios indivíduos componentes de uma facção podem vir a desafiar seu líder. O cargo de “secretário” seria pois um dos meios do líder manobrar com a própria facção.

5 – Os chefes honorários

Os chefes honorários recebem a mesma denominação dos chefes de aldeia: *pa?hi*. Quando são indivíduos do sexo feminino, sua denominação é equivalente à de esposa do chefe de aldeia: *sadon* (derivado do português: “sinhã dona”, “sã dona”). O chefe honorário, qualquer que seja o seu sexo, tanto pode ser um adulto como um imaturo. Uma aldeia aclama como chefe honorário um morador de outra aldeia. O indivíduo investido nesta dignidade passa a ser como que o representante da aldeia que o aclamou na aldeia em que habita. Nem sempre o indivíduo é representante de uma aldeia inteira, mas sim apenas dos homens da aldeia ou apenas das mulheres. Geralmente os homens aclamam uma mulher, que passa a ser denominada *mehumréyõsadon* (*hum* = homem; *sadon* = chefe); e as mulheres aclamam um homem, a que se denomina *pīyeyõpa?hi* (*pīye* = mulher; *pa?hi* = chefe). Mesmo que um indivíduo seja feito chefe só pelas mulheres ou só pelos homens de uma aldeia, na verdade sua investidura visa satisfazer a interesses políticos de toda a aldeia.

O chefe honorário é escolhido dentre os moradores de outra aldeia que já tenham algum interesse na aldeia que os escolhe. Uma vez, na aldeia de Pedra Branca, soube que se discutia a possibilidade de fazer uma filha de *Hunte* (Gregório), irmão do chefe Ambrosinho, chefe honorária da aldeia de Pedra Branca na aldeia de Boa União. Ora, a filha de Gregório é também filha de *Yen*, a qual tem como um dos pais biológicos Marcão, chefe de Pedra Branca. Assim, pois, a aldeia de Pedra Branca escolhia para chefe honorário justamente uma neta de seu próprio chefe numa outra aldeia e que era, ao mesmo tempo, filha do irmão do chefe da aldeia de Boa União. A aldeia do Posto fez chefe honorário a *Inkó*, filha de Jacinto, na aldeia de Boa União. Ora, este era nascido na aldeia do Posto, tendo relações próximas de parentesco com esta aldeia. Assim, o indivíduo escolhido tem sempre alguma relação prévia com a aldeia que o escolhe. Quando se trata de um adulto, a homenagem geralmente visa a ele mesmo; quando é uma criança, a homenagem se refere a seu pai.

As aldeias craôs, além de terem chefes honorários umas nas outras, têm também chefes em outras tribos. Assim, Pedro Savito seria chefe de uma aldeia craô (não sabemos dizer com certeza qual delas) entre os Apinayé. *Kratpe* (Osias) é chefe honorário de uma aldeia Apinayé na aldeia do Posto. Pedro *Penô* é chefe honorário dos Xerente (o pai de *Penô* era Xerente) na aldeia do Posto, que ele dirige. Parece-nos que os chefes honorários feitos pelos craôs entre os Xerente não receberam essa dignidade segundo os padrões tradicionais: é que os chefes assim escolhidos não moram entre os Xerente, mas entre os craôs. João Noleto, Xerente, chefe da aldeia craô de Serrinha, é considerado chefe honorário da aldeia de Boa União entre os Xerente; José Pinto, craô, morador na aldeia do Posto, é considerado chefe honorário da aldeia do Posto entre os Xerente (o pai de José Pinto tinha muitas relações com os Xerente, havendo visitado suas aldeias). Talvez esse rompimento da forma padronizada de fazer chefes honorários se deva ao fato de que os Xerente não possuem esta instituição. Um Xerente que morasse numa aldeia Xerente e que fosse feito chefe honorário de uma aldeia craô, não saberia como se comportar; assim, as aldeias craôs escolhem como chefes entre os Xerente, aqueles Xerente que vivem entre os craôs, ou mesmo indivíduos craôs familiarizados com os Xerente. A dignidade de chefe honorário é também investida em civilizados. Pesquisadores como Harald Schultz, Vilma Chiara (Schultz, 1959, pp. 360-363) ou o autor do presente trabalho, funcionários do S.P.I. como Cildo Meirelles, Dodanin Gonçalves Pereira, visitantes como uma pessoa que os índios chamam de Tenente Acaria, receberam a dignidade de chefe honorário em uma ou mais aldeias craôs. Deve-se notar que os craôs sempre escolheram como chefes honorários civilizados originários de lugares distantes da aldeia, que mostraram interesse amistoso por eles e não civilizados da região, que lhe são hostis.

O indivíduo que recebe a chefia honorária é nela investido mediante um ritual. Em primeiro lugar é conduzido ao ribeirão da aldeia, onde aqueles que o estão fazendo chefe (os homens ou as mulheres ou homens e mulheres) lhe dão um banho. Depois o conduzem à praça da aldeia sem que toque os pés no chão: é levado aos ombros e os indivíduos que o carregam vão se revezando, até que chegue ao centro da aldeia. Aí é posto de pé sobre uma esteira. Tem seus cabelos aparados, passam-lhe resina de almécega sobre o corpo e lhe colam penas. O sulco de sua cabeleira é pintado com urucu. Com urucu também são pintados os antebraços e as pernas, que não são cobertos de penas. Em seguida o indivíduo é levantado novamente e dá uma volta em torno da aldeia nos ombros de seus habitantes, que se revezam, sendo novamente conduzido ao pátio. Presentes lhe são então oferecidos.

O chefe honorário de vez em quando visita a aldeia que o aclamou. Nessa ocasião recebe presentes, devendo dar presentes também. Ele é chamado quando a aldeia realiza alguma pescaria coletiva, com tímbo ou tinguí. Recebe um peixe de cada habitante; estes fazem também uma roça para ele. O chefe honorário distribui presentes tais como fumo. Deve receber em sua casa os moradores da aldeia que o fez chefe quando visitam a aldeia que habita. Deve defender os habitantes da aldeia que o aclamou; deve avisá-los do perigo de alguma feitiçaria proveniente da aldeia em que mora; pode mesmo dirigir-se para a aldeia que o fez chefe em momentos em que esta se debate com alguma questão interna de gravidade, alguma disputa política.

A chefia honorária, uma vez concedida, nunca é mais retirada do indivíduo. Temos a impressão, entretanto, de que o intercâmbio entre o chefe honorário e a aldeia que representa são mais intensos logo após sua aclamação. Assim, vimos que o chefe honorário

com quem a aldeia do Posto tinha relações mais enfáticas era *Txuktxuk* (Aloísio), filho de Ambrosinho, o chefe de Boa União. Recebendo a dignidade de chefe das mulheres da aldeia do Posto em agosto de 1964, tinha sido o último a ser aclamado na aldeia. Embora os moradores da aldeia do Posto tivessem outros chefes honorários em outras aldeias e inclusive em Boa União, não vimos tais chefes frequentá-la. Mas isso pode ser explicado. Embora constitua uma dignidade vitalícia, o indivíduo só recebe a chefia honorária de uma aldeia num momento politicamente oportuno. Assim, no caso de *Txuktxuk*, a aldeia do Posto visava com sua aclamação selar o fim do desentendimento que havia tido com a aldeia de Boa União, que acusara os habitantes do Posto de terem enfeitado o irmão do chefe Ambrosinho, João Grosso, que suicidou (vide capítulo anterior, caso H). Anteriormente, devido a este mesmo caso, a aldeia do Posto havia aclamado chefe a filha de Jacinto, a fim de dar apoio a este último nas suas pretensões de usurpar a chefia de Ambrosinho. Note-se que também os Apinayé da aldeia de Bacaba fizeram chefe o filho de Vicentão, da aldeia craô de Pedra Branca, no momento em que a aldeia craô de Pedra Furada atacava a aldeia apinajé de Gato Preto. Era um momento difícil em que a própria aldeia de Bacaba se sentia ameaçada pelos craôs. A aclamação de um chefe honorário foi uma tentativa de manter a precária paz com os craôs (vide capítulo anterior, caso A).

Enfim, a chefia honorária nem sempre é investida num líder, mas muitas vezes numa pessoa que tenha íntima relação com o líder, como um filho do mesmo, como geralmente acontece. Não é preciso que tal líder seja um chefe de aldeia: basta que tenha voz ativa na mesma, tenha prestígio, e mostre simpatia pela aldeia que o procura.

6 – Os “prefeitos”

Vários são os termos aplicados aos “prefeitos” da aldeia. A maioria das informações, entretanto, se concentrou em dois: *ipipenkate* e *kapëreyôtxwon*. O primeiro termo não sabemos traduzir; o segundo contém um elemento, *kapëre*, que parece significar “falar”. É interessante notar que o primeiro termo é encontrado nas informações que tomamos na aldeia do Posto; o segundo, na de Boa União.

Os “prefeitos”, que os craôs também chamam de “governadores”, dirigem a aldeia aos pares. Um par de “prefeitos” preside as atividades da aldeia na estação seca. Durante este período ambos devem pertencer à metade *Wakmëye*. Quando começa a estação chuvosa, são substituídos por um par de “prefeitos” da metade *Katamye*. A escolha desses “prefeitos” está nas mãos dos líderes de cada metade, os antigos “prefeitos” como veremos mais adiante. Embora em cada estação ambos os “prefeitos” devam pertencer a somente uma das metades citadas, o par é constituído de tal forma que, em qualquer período, um dos “prefeitos” pertença à metade *Khöikateye* e o outro à *Harãkateye*.

Esses “prefeitos” presidem às reuniões matinais na praça da aldeia, quando se decide que tarefas serão realizadas durante o dia, de que lugar sairá a corrida de toras. Além de presidirem tais reuniões, assistidos pelos “prefeitos” antigos da sua própria metade, *Wakmëye* ou *Katamye*, segundo a estação, devem dar exemplo de trabalho, indo à frente dos demais para a realização das tarefas.

Uma outra atribuição importante dos “prefeitos” é a divisão dos animais caçados, dos bovinos que são abatidos, de sal, de presentes oferecidos, dos paparutos rituais, entre os habitantes da aldeia. Em dezembro de 1962 vimos uma divisão de animais caçados por

homens da aldeia de Pedra Branca: um veado e um tatu. Corria a estação chuvosa, quando os “prefeitos” devem ser da metade *Katamye*. Foram os *Wakmêye* que dividiram os animais ao meio. O chefe Marcão então nos informou que, quando uma das metades dirige a aldeia, a outra é que divide os animais caçados. Os animais foram divididos ao comprido, simetricamente. *Kêkê* (Domingos), homem de uns 40 anos, *padré* da aldeia, da metade *Wakmêye*, ficou com a cabeça do veado e nos disse mais tarde que a cabeça da caça é sempre dada a uma pessoa mais velha. *Rourok*, um rapaz de menos de vinte anos, também da metade *Wakmêye*, ficou com as patas do veado, para lhe tirar as unhas, que utilizaria na elaboração de um enfeite. Os *Wakmêye* estavam na margem esquerda do ribeirão Pedra Branca e o atravessaram para entregar metade de cada animal aos *Katamye*. Neste momento Domingos recitou uma fórmula que é sempre entoada em certas ocasiões rituais por um membro da metade *Wakmêye*. As metades de animais que ficaram com os *Wakmêye* foram divididas por um rapaz e dois homens mais velhos entre seus membros. Para os *Katamye* João Paulino dividiu a metade do tatu que lhes coubera e *Apuhi* (João Delfino), um dos “prefeitos”, a metade do veado. *Yarpot* (Antônio), o outro “prefeito”, separou os pedaços dos animais assim divididos, destinando-os a cada membro da metade *Katamye*, pensando inclusive nos ausentes. Este é um exemplo de divisão de animais caçados, realizada fora da aldeia, antes dos caçadores se dirigirem para ela, correndo com toras.

Uma outra vez presenciamos a divisão de um animal caçado, na praça da aldeia, o que ocorreu devido a circunstâncias especiais. Era o dia 6 de dezembro de 1963. Os parentes de *Kro'kroko* (João Paulo), da aldeia do Posto, deveriam de oferecer um paparuto às mulheres da aldeia, uma vez que alguns meses antes havia nascido seu primeiro filho (caso se tratasse de marcar o nascimento do primeiro filho de uma mulher, o paparuto seria oferecido aos homens da aldeia). Entretanto, como não tinham mandioca, resolveram dar apenas um veado que tinha sido morto numa caçada coletiva. Praticamente a aldeia oferecia o veado a *Krokroko* para que este o oferecesse às mulheres. *Kro'kroko* saiu de casa pelo final da tarde dirigindo-se à praça. Estava pintado com urucu e sobre a cabeça trazia dobrada uma peça de tecido. A seu lado, uma mulher da casa, Vitória, carregava o veado às costas. O animal já estava esfolado, sem a cabeça e sem as entranhas. Um dos “prefeitos” da aldeia, *Inkietuk* (Chico Novo), retirou o tecido que estava na cabeça de *Kro'kroko*; este, imediatamente, deu meia volta e voltou para a casa, enquanto Vitória continuava o caminho do pátio. José Nogueira, da metade *Katamye*, dava longos gritos produzidos no fundo da garganta, como um membro desta metade faz em algumas ocasiões rituais: ?u, ?u, ?u. Antônio Pereira, *padré* da aldeia, *Wakmêye*, sentado diante de sua casa, fazendo corda, de lá mesmo respondia, gritando o estribilho de sua metade. O veado foi depositado no pátio, no chão, que estava recoberto de folhas. *Ayehi*, um dos “prefeitos”, *Katamye*, ajudado por Basílio, *Wakmêye*, cortou com o facão o veado ao meio, partindo-o pela coluna vertebral. *Ayehi* levou então uma parte do animal para o lado dos *Katamye*, enquanto Basílio cuidava da parte dos *Wakmêye*. Quase só havia mulheres no pátio. José Nogueira, *Katamye*, partiu o pedaço que havia tocado a esta metade; *Ayehi* tomou os pedaços e os foi distribuindo pelas mulheres *Katamye*, depositando-os em bacias, cuias, cestos ou folhas que cada uma trazia. Ao mesmo tempo a carne destinada às mulheres *Wakmêye* era distribuída do outro lado da praça. Um pedaço de carne nos foi oferecido pelos que dividiam a parte dos *Katamye*; tal oferecimento foi feito à guisa de cortesia, como se faz a qualquer visita. Uma mulher, entretanto, pensou que a parte oferecida ao pesquisador se destinava a uma mulher moradora da casa onde estávamos hospedados. Já ensaiava uma reclamação, pensando que

esta mulher estava recebendo maior quantidade de carne do que as outras, mas foi esclarecida a tempo sobre a natureza do oferecimento. Depois de distribuída toda a carne, as mulheres se retiraram, ficando na praça apenas os dois “prefeitos” — *Ayehi* e *Inkietuk* — além de Basílio. Ficaram a resolver a respeito da peça de tecido que *Kro'kroko* havia oferecido à aldeia. Tinham de decidir a que mulher oferecê-la. Finalmente resolveram ofertá-la a uma mulher velha, viúva, que morava há pouco tempo na aldeia do Posto, proveniente da aldeia do Abóbora. Basílio chamou-a ao pátio. Ela veio, recebeu o pano e retirou-se sem palavra.

Em janeiro de 1965 foi morta, na praça da aldeia do Posto, uma vaca. A divisão se fez pelas metades *Hëk* e *Krókrók*. Em nossas anotações não consta que nenhum dos “prefeitos” que então dirigiam a aldeia participaram da partilha do animal. A rês pertencia ao lote oferecido pela pesquisadora Vilma Chiara à aldeia. Ficou estabelecido que Emiliano, filho do chefe da aldeia, então ausente, iria reintegrar o lote com um novo elemento tirado de seu próprio rebanho. Era pois como que Emiliano estivesse oferecendo a rês a aldeia. A oferta da vaca parecia constituir uma retribuição feita pela família do chefe ao trabalho que os demais prestavam em sua roça, pois, ao mesmo tempo que se abatia o animal na praça, dois homens, Joaquim, antigo “prefeito” *Wakmëye*, e Abel, um *Katamye*, davam uma volta no caminho circular da aldeia convidando as mulheres a irem trabalhar na roça de Pedro *Penõ*. As entranhas da rês foram distribuídas entre algumas mulheres; o couro deve ter ido para a casa de Pedro *Penõ*, para onde foi também a cabeça. Em seguida o animal foi dividido simetricamente ao meio, sendo cada parte entregue a uma metade — *Hók* e *Krókrók* — sendo divididas entre seus membros masculinos. Na divisão do pedaço dos *Hók*, o primeiro a ser chamado a receber seu pedaço foi *Txuktuk*, chefe honorário; depois *Pikén*, um visitante; em seguida os demais membros da metade. Entre os *Krókrók* o primeiro a ser chamado fomos nós, o pesquisador, depois os membros da metade a partir dos mais velhos; por último foram chamadas as mulheres sem marido.

Os “prefeitos”, pois, não fazem todas as tarefas da partilha de carne, mas participam delas e as supervisionam, com poucas exceções, como foi o último caso que indicamos. Sentem-se responsáveis por ela. Contou-nos Juarez que, tendo os índios matado uma rês, dois deles, Rondon e o rapaz Aniceto, não compareceram ao local onde tinha sido abatida. Por isso não receberam carne. Secundo, que era um dos “prefeitos”, pediu então aos demais que já tinham recebido seu quinhão, que dessem um pouco de carne aos dois que não tinham comparecido; mas ninguém deu. Acrescentou ainda Juarez que os membros da metade *Khöikateye* não haviam dado carne às mulheres sem marido; mas os *Harãkateye* deram; por isso, se durante o ritual que então se realizava, o *Përteré*, os *Khöikateye* quisessem ter relações sexuais com essas mulheres, os *Harãkateye* não o permitiriam. Vimos também que a divisão da carne é sempre vigiada pelos demais habitantes da aldeia. Aqueles que se sentem prejudicados numa divisão reclamam; algumas vezes em seus protestos chegam a tomar atitudes drásticas, como passar de uma metade para a metade oposta. Entretanto, essas transferências de metades não parecem frequentes. O “prefeito” que divide mal os animais caçados e outros víveres geralmente não vem mais a ocupar o posto no período seguinte de sua metade.

Os “prefeitos”, como vimos num caso citado, se encarregam que tomar e redistribuir as dádivas que são oferecidas à aldeia em determinados rituais, geralmente sob a forma de

tecidos e de miçangas. O oferecimento de presentes a visitantes, a recompensa oferecida a cantadores de outras aldeias, tudo isso está nas mãos dos “prefeitos”.

Também repreendem àqueles que não colaboram nos trabalhos coletivos, que não participam de mutirões nas roças de companheiros. Entretanto, além do uso da palavra e do incentivo pelo exemplo, indo à frente na realização dessas tarefas, os “prefeitos” não dispõem de nenhum recurso para coagir os habitantes da aldeia a realizar as tarefas programadas.

Os “prefeitos” são considerados como hierarquicamente inferiores ao chefe da aldeia. Além da responsabilidade na distribuição das tarefas diárias e na distribuição dos bens de propriedade coletiva, certas atribuições dos “prefeitos” coincidem com as atribuições do “capitão”: tal é o caso da responsabilidade pela manutenção da boa ordem da aldeia, tentando apaziguar as rixas que por acaso apareçam. Preocupam-se, também, como o “capitão”, em socorrer os moradores da aldeia em tempo de necessidade. *Katxet* (Domingos), quando foi “prefeito” de Boa União, trocou uma espingarda que recebera do marido de sua irmã, como prestação matrimonial, pela mandioca existente numa capoeira de um civilizado. Todos os habitantes da aldeia colheram mandioca nessa capoeira, pois tinham falta dela na aldeia. *Txuktxuk* (Aloísio), quando “prefeito” da mesma aldeia, trocou seu facão Collins por fumo para dar aos moradores da aldeia. Disse-nos que fez isso porque os moradores de sua aldeia sempre dirão: “O ‘prefeito’ que se chamava Aloísio, era muito bom.” O “prefeito” tem também obrigação de atender a pedidos de pequenas dádivas dos habitantes de outras aldeias, tal como o “capitão”.

Segundo Davi, as qualidades requeridas a um homem para ser “prefeito” é não andar zangado com os outros e ter boa memória. Esteves, antigo “prefeito”, aconselha aos novos a tratar bem aos outros, pois senão os habitantes da aldeia não conversarão com eles e nem irão a suas casas para comer.

7 – Os antigos “prefeitos”

É muito difícil conseguir distinguir entre os craôs um conselho de velhos, tal como Nimuendajú indica para os Ramkokamekra (Nimuendajú, 1946, pp. 90-91). Dizem os craôs, entretanto, que aqueles indivíduos que já foram “prefeitos” ajudam os “prefeitos” mais novos, de sua própria metade, a dirigirem a aldeia. Infelizmente, em nenhuma das aldeias craôs, tomamos uma lista daqueles indivíduos que já tinham sido “prefeitos”. Tudo indica, entretanto, que quase todos os indivíduos do sexo masculino de cada aldeia passam pelo menos uma vez durante sua vida pela “prefeitura”. Indivíduos bem novos, às vezes com menos de vinte anos, são escolhidos como “prefeitos”; outros, depois de maduros voltam a ser escolhidos. Alguns são escolhidos várias vezes consecutivas, nos períodos correspondentes a suas metades. Os ex-“prefeitos” são chamados *kēkateye*, segundo um informante, *meapakré* e *mēkakokpéi*, segundo outro, *ipipenkatevéi*, para um terceiro, havendo ainda outras formas, pelas quais não sabemos nos decidir.

Tais ex-“prefeitos” é que escolhem os novos “prefeitos” e ainda discutem os problemas da aldeia com o “capitão”. Seria possível dizer que a aldeia é dirigida por um conselho formado por ex-“prefeitos” que se revezam: os pertencentes à metade *Wakmēye* atuam no “verão” e os *Katamye* no “inverno”. Parece, entretanto, que o caso não é assim tão simples. Há indivíduos que nunca foram “prefeitos”, como Davi e que, no entanto, têm

uma participação muito grande na vida pública da aldeia. Há outros que foram “prefeitos”, como *Pirika*, rapaz que não tinha ainda vinte anos quando passou por esta dignidade, mas cujas palavras numa reunião não seriam levadas em consideração. Isso indica que a idade é mais importante do que o fato de ter exercido ou não as atividades de “prefeito”. Entretanto, nem mesmo a idade às vezes conta: Chico Velho e seu filho Francisco pouco participavam da vida pública da aldeia. O primeiro já estava decrépito; mas o segundo era um homem maduro de uns quarenta anos, com a mesma idade de outros que participavam ativamente. Pedro *Penõ* certa vez comentou que Chico Velho sempre fora afastado da vida pública, por desconhecer as tradições tribais; disse-nos que ele era um ignorante, algo assim como um “cristão” que não sabe ler.

Em vista disso, temos de voltar ao que já dissemos quando procuramos definir os líderes *craôs*. Se existe um conselho nas aldeias *craôs*, ele é constituído por homens maduros, mas nem todos; apenas por aqueles que satisfazem certas condições já especificadas, como falar bem e conhecer as tradições tribais. Tal conselho funciona de maneira informal e não tem limites muito rígidos, nem no sentido horizontal, isto é, quanto aos homens da mesma idade que abrange, e nem no sentido vertical, isto é, quanto aos limites mínimo e máximo de idade de seus membros. Se os *craôs* de um modo geral chamam a atenção para o fato de que os homens que lideram a aldeia são ex-”prefeitos”, talvez isso tenha uma explicação: é que tais indivíduos, tendo manifestado qualidades de liderança, devem ter sido “prefeitos” ao menos uma vez.

Tanto na orientação dos “prefeitos” investidos no cargo, como nas discussões de problemas mais graves com o “capitão” da aldeia, esses indivíduos se destacam dos demais. Temos assim um conselho informal, já que a existência de um conselho de homens maduros exatamente delimitado e com atribuições bem especificadas é negada por vários informantes.

8 – O “chamador”

Em cada aldeia *craô* existem certas pessoas que chamam os homens ao pátio para as reuniões ou gritam da praça para as mulheres, que estão nas casas, aquilo que foi resolvido se realizar durante o dia. Esses “chamadores” são denominados, segundo mais de um informante, de *hokhierekate*. O elemento *hokhi'yere* significa, provavelmente, parente consanguíneo. Talvez isso se deva ao fato de que o *hokhierekate*, ao se dirigir, da praça, aos habitantes da aldeia, chama-os pelos termos de parentesco. Mas utiliza tanto os termos de consanguinidade como os de afinidade.

Na aldeia do Posto era Patrício quem costumava chamar para as reuniões ou avisar, gritando, o que havia sido decidido na praça. Disseram-nos que no “verão” o “chamador” devia de ser *Wakmëye* e no “inverno”, *Katamye*. Entretanto, vimos Patrício, que era *Wakmëye*, gritar da praça durante a estação chuvosa, como também vimos Esteves, *Katamye*, atuando como “chamador” na estação seca.

Parece que ninguém escolhe os “chamadores”. Uns poucos indivíduos passam a exercer essas atividades por iniciativa própria e são aceitos pela aldeia. Os “chamadores” saem sempre dentre os considerados líderes na aldeia.

9 – O *padré*

Cada aldeia *craô* dispõe de um *padré*. Trata-se do diretor dos rituais. É a pessoa que sabe como realizar os diversos ritos dos *craôs*. O termo *padré* é a mesma palavra portuguesa “padre” com alteração da sílaba tônica e da divisão silábica: *pad're*. Outrora era outro o nome que aplicavam à pessoa que se ocupava dessas atividades. Pedro *Penô* diz que era denominada *mekrãkairéretxë*. Acrescentou este informante que o homem que conhece todos os ritos é o *ĩ'krére*. Este termo parece ser aplicado a qualquer cantador, entre os *craôs*. As mulheres conhecedoras de cânticos e ritos são as *hõkrépoi*. Segundo Marcão, outrora o *padré* era denominado *ĩkrérekati*, palavra sem dúvida derivada de *ĩ'krére*, acrescida de *kati* que parece ser um aumentativo.

Parece que as atribuições do *padré* vão além da direção dos ritos. Antônio Pereira, *padré* da aldeia do Posto, dirigiu-se uma vez à casa de Aloísio para consolá-lo, pois estava triste por causa da morte de seu filho *Karété*. Aconselhou-o a voltar a participar da vida pública: seu filho morrera, mas esta “estrada” é a mesma para todos. Ora, este tipo de tarefa também cabe ao “capitão” da aldeia.

O *padré*, como recompensa pelos seus serviços, costuma ganhar no fim do ritual algum presente, tal como um pedaço de papuruto maior do que os demais. Segundo Marcão, outrora, o *padré* também gozava do privilégio de ser sepultado no pátio da aldeia.

Não está muito clara a maneira como é escolhido o sucessor do *padré*. Talvez o seja por uma maior habilidade em aprender os rituais e por desejar ser *padré*. Quando Antônio Pereira, *padré* da aldeia do Posto, ainda vivia, já se dizia que Raul iria ser o seu sucessor, como de fato aconteceu. Entretanto, não víamos Raul cantar na praça ou na rua da aldeia, como faziam outros cantadores e frequentemente o próprio Antônio Pereira. Na aldeia do Posto, o *padré* mais antigo de que há lembrança foi Simeão, sucedido por Ambrósio, vindo em seguida Marquinho, sucedido por Antônio Pereira, que deixou o lugar para Raul. Na aldeia de Boa União eles se sucederam na seguinte ordem: Fernandes, João Grosso, Ambrosinho. Este último, além de *padré*, é também o chefe da aldeia. Na aldeia de Pedra Branca, o *padré* é Domingos, o qual não devia de estar preparado para isso, uma vez que Pedra Branca é fruto de uma cisão de uma aldeia maior, tendo preferido o *padré* de então, Marquinho, permanecer na aldeia do Posto. Domingos, pois, costuma ir a Boa União para assistir aos rituais realizados por Ambrosinho e aprendê-los. Foi também Ambrosinho, e não Raul, que realizou o ritual de *Yëtyôpĩ* na aldeia do Posto, depois da morte de Antônio Pereira. Na aldeia de Boa União, Ambrosinho, quando morrer, deverá ser substituído, como *padré*, por Diniz.

O *padré* é um líder ritual. Todos aqueles que exercem ou exerceram as tarefas de *padré* nas diversas aldeias *craôs*, de que se tem notícia, foram ou são considerados também como líderes políticos, sem dúvida por causa do conhecimento que possuem das tradições *craôs*.

O *padré* *craô* parece ter como correspondente entre os índios Apinayé a figura do conselheiro (Nimuendajú, 1956, p. 17). Como o conselheiro apinajé, o *padré* *craô* é um guardião das tradições, fiscaliza e dirige o ritual e durante os mesmos recebe uma quantidade maior de alimento.

Entre os craôs, além do *padré* existem alguns indivíduos que são reconhecidos como entusiastas de determinados rituais. Não os dirigem, mas se sentem satisfeitos quando estes rituais de sua preferência são promovidos e sem dúvida procuram incentivar os demais a promovê-los. Assim, Pedro Colina, da aldeia do Posto, era reconhecido como um admirador do ritual de *Pembkahëk*. Por isso, quando morreu, Antônio Pereira entoou, acompanhado por outros homens, junto a seu cadáver, cânticos desse ritual.

Há também aqueles indivíduos que conhecem determinados rituais porque o trouxeram de outras tribos. Na aldeia do Posto, o ritual do *Përteré* não era dirigido por Antônio Pereira, o *padré*, mas sim por Basílio, que o realizava à maneira dos Canelas da aldeia de Porquinhos; também a festa da manga era realizada pelo mesmo indivíduo e tinha a mesma origem.

10 – Conclusão

Neste capítulo tentamos apresentar as formas que pode tomar a liderança política entre os craôs. Começamos pelo chefe de aldeia, seu ajudante e os chefes honorários, que representam aquelas formas de liderança mais ligadas a interesses propriamente políticos de luta pelo poder ou de tentativas de equilíbrio entre unidades antagônicas. Em seguida apresentamos os “prefeitos”, que mais parecem administradores, dependendo sua escolha também de condições rituais, devendo pertencer a certa metade, de acordo com a estação. Os ex-“prefeitos”, juntamente com outros líderes, constituem um conselho informal que participa de decisões tanto administrativas quanto ligadas a antagonismos e disputas entre grupos. Finalmente chegamos ao *padré*, cuja autoridade está antes de tudo ligada aos ritos.

As classes de idade possuem chefes, os grupos cerimoniais da praça também e parece que o mesmo acontece com as metades de certos pares. Entretanto tais chefes não possuem um mínimo de importância fora dos rituais e mesmo aí sua autoridade parece puramente nominal. Por isso não tratamos desses chefes no presente capítulo.